ABRIL 2019

AUTORES

Universidade de Jyväskylä, Finlândia

Tuuli Lähdesmäki (*Coordenadora Institucional*)

Aino-Kaisa Koistinen

Susanne Ylönen

Universidade de Vilnius, Lituânia

Irena Zaleskienė (*Coordenadora Institucional)*

Lilija Duoblienė

Sandra Kairė

Universidade de Cambridge, Reino Unido:

Fiona Maine (*Coordenadora Geral do Projecto DIALLS*)

Victoria Cook

Fiona Harrison

CONTACTO

Coordenadora Geral do Projecto DIALLS

Fiona Maine

flm27@cam.ac.uk

Gestora do Projecto DIALLS

Fiona Harrison

fmh31@cam.ac.uk

+44 1223 767516

Este projeto recebeu apoio financeiro da União Europeia, através do Horizonte 2020 – Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação (contracto no. 770045).

DIalogue & **A**rgumentation for Cultural **L**iteracy **L**earning in **S**chools

Policy Briefing

Desenvolver Políticas de Educação Europeias para aumentar a Literacia Cultural

Sumário Executivo

A Europa precisa de políticas educativas que promovam o diálogo intercultural de forma a que estas reflitam a grande diversidade da Europa de hoje, promovam o respeito pela diversidade e pela diferença e possibilitem o desenvolvimento das identidades dos jovens. O Projecto DIALLS procura responder a estas necessidades ao desenvolver o conceito e a ideia de *literacia cultural* e ao criar um Programa de Aprendizagem da Literacia Cultural para crianças e adolescentes. Para o DIALLS, literacia cultural significa uma prática social inerentemente dialógica e baseada na aprendizagem e na aquisição de conhecimento através da interação com empatia, tolerância e inclusão. A análise qualitativa de conteúdo e de políticas públicas europeias e nacionais realizada pelo DIALLS revela que as interações culturais são frequentemente enquadradas de uma forma restrita, e ignoram o diálogo como um processo de aprendizagem e a empatia como sua predisposição fundamental. Com base na nossa análise, recomendamos que os decisores políticos em matéria de educação sejam mais precisos e específicos ao usar conceitos relacionados com cultura e que reflitam melhor o crescente pluralismo cultural europeu. Recomendamos que a literacia cultural seja utilizada como referência conceptual e prática nos documentos de políticas educativas para endereçar as diferenças e interações culturais.

A necessidade de literacia cultural na Europa de hoje

Como parte de um mundo globalizado, a Europa do século XXI tem enfrentado vários desafios, desde as alterações climáticas às tragédias humanitárias, desde perturbações políticas e ataques extremistas a adversidades sociais dentro e fora das suas fronteiras. Simultaneamente, a maioria das sociedades europeias mudou rapidamente através da diversificação cultural e do reconhecimento e da maior aceitação da diferença nas suas múltiplas formas.

As sociedades europeias reconhecem de modo geral que a diversificação das sociedades é enriquecedora, mas, ao mesmo tempo, constitui-se um desafio se a interação de diferentes povos, culturas e indivíduos não se basear na compreensão e no respeito mútuos. Por conseguinte, vários atores políticos europeus, como os governos nacionais, o Conselho da Europa e a União Europeia, têm promovido o diálogo intercultural como uma política pública para reforçar "uma troca de ideias aberta, respeitadora e baseada na compreensão mútua entre indivíduos e grupos com origens e património étnico, cultural, religioso e linguístico diferentes" (Conselho da Europa 2008, 13). A implementação do diálogo intercultural necessita de novos meios nas sociedades superdiversificadas de hoje (Vertovec 2007), nas quais a própria diversidade é ampla, multidimensional e fluida (Vertovec 2007; Blommaert & Rampton 2011) e onde diferentes posições - culturais, étnicas, nacionais, sociais, religiosas, linguísticas, etc. – se intersectam.

Como afirmou a Chamada do Horizonte 2020 da Comissão Europeia, '*Understanding Europe - Promoting the European Public and Cultural Space*' (EC 2017a, 84): "A resiliência e a coesão das sociedades europeias são fortemente condicionadas por crenças e identidades, bem como por representações e construções coletivas de realidades passadas e presentes e por expectativas sobre o futuro". A Educação e as políticas educativas são fundamentais para aumentar a resiliência e a coesão na Europa. As atuais políticas educativas na Europa têm, no entanto, uma noção restrita e normativa sobre como implementar isto na prática. nem sequer menciona o diálogo intercultural.

O que é literacia cultural?

O conceito de Literacia Cultural ('Cultural Literacy') tem sido discutido na academia desde a década de 1980. Na sua conceção inicial (veja-se, por exemplo, Hirsch 1989; Hirsch, Kett & Trefil 1993), bem como no seu uso habitual, literacia cultural é muitas vezes percebida estritamente como o conhecimento de uma cultura adquirido através da exploração de produtos culturais, tais como literatura e arte, e da aprendizagem de factos e narrativas culturais e históricos canónicos. Essa noção normativa de literacia cultural considera-a como uma transmissão monológica unidirecional do conhecimento cultural, e como algo removido da vida cotidiana interativa e de uma realidade multicultural em constante transformação (Maine, Cook & Lähdesmäki, no prelo).

Ao distanciar-se desse entendimento restrito e normativo da literacia cultural, o Projecto DIALLS define literacia cultural como uma prática social (Street 1984), fundamentalmente dialógica e baseada na aprendizagem e na aquisição de conhecimentos através da interação empática, tolerante e inclusiva com os outros. Dessa forma, a literacia cultural é o processo de engajamento com outras culturas, a disposição para o fazer, e a cocriação e expressão de identidades e valores culturais (Maine, Cook & Lähdesmäki, no prelo).

Na nossa visão, possuir literacia cultural refere-se às competências e habilidades do indivíduo presentes no encontro com diferenças culturais e à construção da própria identidade na interação social respeitosa com outras pessoas. Adquirir literacia cultural requer a compreensão de que as pessoas podem ter visões diferentes, mas também pressupõe a nossa própria consciência metacognitiva sobre o modo como as nossas afiliações culturais influenciam as nossas respostas e sentimentos para com os outros. A hipótese central do DIALLS sustenta que o desenvolvimento das capacidades de diálogo e argumentação dos jovens aumentará as suas competências em literacia cultural.

A restrição é caracterizada nas políticas educativas que ignoram a possibilidade de interação cultural como meio de desenvolver identidades individuais. Isto é demonstrado na recente comunicação da Comissão Europeia 'Reforçar a identidade europeia através da educação e da cultura' (EC 2017b) ao introduzir o conceito de trabalhar em conjunto para um Espaço Europeu da Educação, mas nem sequer menciona o diálogo intercultural.

A Europa precisa de políticas educativas que procurem fazer avançar o diálogo intercultural de uma forma que reflita a realidade superdiversa da Europa de hoje, apoie o respeito pela diversidade e diferença e permita o crescimento das identidades dos jovens. O Inquérito da UNESCO sobre o Diálogo Intercultural (UNESCO Survey on Intercultural Dialogue, 2018) apresenta conclusões e sugestões pertinentes para alcançar este objetivo. Sugere que "o diálogo intercultural deve desempenhar um papel significativo e reconhecido nas instituições e sistemas educativos e ser associado a abordagens pedagógicas adequadas" e que deve haver "o desenvolvimento de laços mais estreitos entre a educação e a cultura, especialmente através de projetos conjuntos" (ibid., 36). Além disso, o inquérito recomenda a adoção de "políticas educativas que incorporem princípios de diálogo intercultural" (ibid., 39).

O projeto DIALLS desenvolveu o conceito de "literacia cultural" e um Programa de Aprendizagem com ele relacionado como um novo meio de promover o diálogo intercultural numa Europa superdiversificada.

O Projeto DIALLS: Programa para desenvolver a aprendizagem da literacia cultural

O Projeto DIALLS centra-se na análise do papel da educação formal na definição dos conhecimentos, habilidades e competências necessárias para uma eficaz aprendizagem da literacia cultural através do trabalho conjunto com professores de diferentes níveis educativos (pré-escolar, básico e secundário). Junto com os professores, o Projeto prevê a cocriação de recursos dialógicos transcurriculares e de atividades que almejam avançar o diálogo intercultural e o entendimento mútuo entre crianças e adolescentes. O Projeto possui 10 universidades parceiras da Alemanha, Chipre, Espanha, Finlândia, France, Israel, Lituânia, Portugal e Reino Unido.

O Projeto DIALLS possui três objetivos fundamentais:

- Analisar a literacia cultural na educação formal através do ensino do diálogo e da argumentação como um meio de perceber a pluralidade das identidades e culturas europeias. O objetivo será alcançado através da criação e implementação de um Programa de Aprendizagem de Literacia Cultural com o intuito de promover a tolerância, inclusão e a empatia como predisposições fundamentais para a literacia cultural.
- Oferecer orientação sobre o desenvolvimento da literacia cultural nas escolas através da criação e avaliação de uma escala de progressão de aprendizagem de literacia cultural.
- Promover a emergência das identidades culturais dos jovens durante as discussões e a produção de artefactos culturais através de um manifesto de literacia cultural a ser desenvolvido pelos estudantes e de uma galeria virtual de artefactos culturais produzidos por estudantes. Ambas atividades resultam do Programa de Aprendizagem de Literacia Cultural.

O Programa de Aprendizagem de Literacia Cultural (em inglês, *Cultural Literacy Learning Programme*, com a sigla CLLP), inclui 15 sessões nas quais a discussão em sala de aula será estimulada por livros ilustrados e filmes de animação sem palavras

produzidos na e sobre a Europa. O DIALLS selecionou 45 livros e filmes para usar no Programa, e também criou uma ampla bibliografia com 145 livros e filmes sem palavras que a) a) correspondem a uma paisagem social cada vez mais multicultural, multiétnica e multilingue de lugares, pessoas e modos de vida na Europa, e b) promovem as predisposições fundamentais do DIALLS em matéria de tolerância, inclusão e empatia. Detalhes sobre os textos, bem como uma introdução aos seus conteúdos estão disponibilizadas na seção Publicações no website do DIALLS (www.dialls2020.eu/publications).

Análise de política segundo o DIALLS

Perguntas, métodos, dados

O Projeto DIALLS teve início com uma detalhada análise das políticas educativas atuais. A análise teve como objetivo:

- identificar os principais temas e prioridades que a atual documentação relativa à política educativa coloca em evidência no reforço do diálogo intercultural;
- revelar a forma como as políticas educativas tratam as identidades e heranças culturais na Europa;
- perceber os significados, usos e interdependência dos principais conceitos relacionados com a cultura.

A análise das políticas a nível europeu centrou-se nas publicadas pela União Europeia e pelo Conselho da Europa. Os documentos da União Europeia foram selecionados a partir da base de dados EUR-Lex na secção '*Summaries of EU Legislation*' sob das rubricas 'Educação, formação, juventude, desporto' ('*Education, training, youth, sport*') e 'Educação e formação' ('*Education and training*') (total de 48 documentos). Os documentos do Conselho da Europa foram selecionados a partir do website do Conselho que trata da educação sob 'Recursos' ('*Resources*') e 'textos oficiais' ('*Official texts*') (total de 20 textos). A documentação política oficial a nível nacional coletada incluiu as Leis Nacionais de Educação, os Currículos Nacionais (ou diretrizes curriculares), as Estratégias e Planos Nacionais e/ou documentos adicionais considerados relevantes para análise de Alemanha, Chipre, Espanha, Finlândia, França, Israel, Lituânia, Portugal e Reino Unido (total de 39).

O estudo dos documentos foi conduzido segundo a análise de conteúdos e conceitos qualitativa complementada com a quantificação dos conceitos analisados.

Principais resultados

Os documentos europeus analisados não utilizaram o conceito de literacia cultural. Nesses, a ideia de diálogo intercultural era usualmente ligada à melhoria da cooperação, da comunicação, da mobilidade e das perspetivas de emprego através da aprendizagem de línguas estrangeiras e da familiarização com diferentes culturas dos países europeus. Além disso, o diálogo intercultural estava relacionado com a capacidade de interagir com pessoas oriundas da imigração em ambientes multiculturais. A documentação política europeia promove, de forma geral, o diálogo intercultural como um objetivo a ser alcançado nas políticas públicas. No entanto, raramente faz-se explícito o intuito de promovê-lo através da aprendizagem e da aquisição de conhecimentos através da interação empática, tolerante e inclusiva com os outros ou através da formação e do reforço de competências e aptidões para encontrar diferenças culturais e elaborar a própria identidade numa interação social respeitosa com outras pessoas.

A documentação política a nível nacional raramente faz referência ao diálogo intercultural ou ao interculturalismo como objetivos nas políticas educativas (embora tais termos apareçam em documentos finlandeses, portugueses e cipriotas). Multiculturalismo ou ambientes multiculturais foram conceitos frequentes nos textos,

aparecendo em documentos lituanos, finlandeses, portugueses e israelitas. Tais conceitos foram utilizados sem uma explicação mais detalhada: diálogo intercultural foi utilizado principalmente no sentido de uma capacidade de se comunicar, cooperar e interagir de forma pacífica e solidária com diferentes tipos de pessoas, enquanto multiculturalismo foi descrito como uma realidade de diversidade cultural nas sociedades de hoje, com a qual os jovens se devem familiarizar. A literacia cultural aparece nos documentos finlandeses como um conceito mais amplo de literacia sociocultural do que nos documentos lituanos e portugueses. No entanto, nenhum dos conceitos acima mencionados aparece claramente definido nos textos.

Os documentos relativos à política de educação europeia costumam tratar o património cultural como um bem comum e como um conjunto de valores, ideias e princípios compartilhados na Europa. Os conhecimentos adquiridos a partir do património cultural foram vistos como a assentir a perceção da diversidade cultural e linguística do continente. Essa diversidade abrangeu diferentes patrimónios nacionais, regionais e locais na Europa. De forma similar, nos documentos europeus, património cultural aparece ligado ao conceito de identidade, geralmente tratado como a formação de uma identidade pessoal decorrente de uma herança cultural na Europa. Tal herança configuraria uma importante base no desenvolvimento de uma atitude aberta e respeitosa com relação à diversidade cultural.

Nos documentos nacionais, os conceitos de identidade e de formação da identidade em crianças e adolescentes revelam-se, na maioria das vezes, relacionados com uma noção estática de valores nacionais, património nacional e história nacional. Raramente os textos-documentos transcenderam as referências nacionais ou abordaram o que significa ser europeu na Europa superdiversificada de hoje.

O discurso das políticas educativas fez uso de uma ampla variedade de conceitos inter-relacionados, ideias e valores que são cruciais para o diálogo intercultural, bem como para a literacia cultural. Esses conceitos incluem, por exemplo, participação, cidadania, diversidade, cultura, inclusão, identidade e tolerância. Um facto preocupante foi a constatação de que tanto a documentação europeia como as políticas educativas nacionais fizeram poucas referencias à empatia (em um total de 4 documentos). Por fim, a nossa análise revelou como os documentos das políticas educativas orientam a gestão da educação e os professores através de conceitos excessivamente amplos e ambíguos, tais como identidade, cultura e património, cujos significados tinham variações dentro de um mesmo documento.

A partir do resultado da análise, desenvolvemos quatro posicionamentos centrais (Figura 1) a fim de promover e praticar a literacia cultural e, assim, dar sentido à Europa (DIALLS 2018).

Recomendações

Com base na nossa análise das políticas educativas europeias e nacionais:

1. **Recomendamos que os decisores políticos reduzam a ambiguidade nos textos das políticas educativas de modo a tornarem mais explícitos e precisos os conceitos utilizados**. A nossa análise revelou que os conceitos costumam ter mais de um significado, inclusivé dentro de um mesmo documento. Tal ambiguidade fez -se particularmente evidente no uso dos conceitos de cultura, identidade, diversidade e cidadania.

2. Recomendamos que os decisores políticos atentem ao **significado de cultura** nos documentos:

   - Em primeiro lugar, em vez de ser percebida como uma entidade estática e normativa a ser ensinada e transmitida às crianças e adolescentes, a cultura deve ser abordada como **uma ação coletiva constantemente transformadora e fluida** (e, portanto, como uma construção social) baseada na interação entre pessoas diversas (Otten 2003; Abdallah-Pretceille 2006);

   - Em segundo lugar, o **conhecimento factual sobre cultura e herança cultural não deve ser utilizado como o elemento central nas interações culturais**, pois pode levar à compreensão de que os indivíduos são representantes estáveis da sua cultura nacional, religião ou origem étnica. Tal perceção pode conduzir à formação de estereótipos e categorização culturais, os quais por sua vez, impediriam que as pessoas sejam vistas como indivíduos e podem, inclusive e consequentemente, gerar preconceitos (Abdallah-Pretceille 2006; Portera 2008);

   - Em terceiro lugar, as políticas educativas devem levar em consideração que o incremento do pluralismo e do hibridismo cultural na Europa, os fluxos culturais globais e o atual movimento de pessoas dentro e fora das fronteiras do Estado que põem em causa o papel das narrativas culturais normativas na educação.

3. Recomendamos que os decisores políticos prestem atenção ao **significado de identidade** nos documentos:

   - Primeiro, a identidade deve ser abordada não apenas em termos nacionais, regionais, étnicos ou religiosos, tal qual costumava aparecer nos textos das políticas de educação nacionais, mas também em níveis individuais ou pessoais;

   - Segundo, tanto as identidades individuais como as coletivas devem ser abordadas como **plurais, multifacetadas, processuais e em transformação;**

   - Terceiro, nos documentos, o conceito de identidade deve refletir melhor a superdiversidade da Europa de hoje. Os diferentes tipos de identidades e de formação identitária devem ser discutidos de uma forma não-exclusiva e a formação de identidades deve ser repensada em relação ao que significa europeu.

4. Recomendamos que os decisores políticos prestem atenção ao **significado de diversidade** utilizado nos documentos:

   - Em primeiro lugar, a diversidade deve ser considerada não só como uma alusão às diferenças entre culturas nacionais, etnias, religiões ou idiomas, como também a fim de incluir aquelas diferenças (culturais) evocadas pela história, classe, género, orientação sexual, indigeneidade e opiniões políticas. Do mesmo modo, a noção de **diálogo intercultural deve abordar uma ampla variedade de diferenças** (Lähdesmäki & Wagener 2015a);

- Em segundo lugar, **uma distinção simplista entre "nacional" e "inter/transnacional"** deve ser evitada e estas dimensões devem ser consideradas como fluidas, transformadoras e complexas no mundo globalizado de hoje.

5. Recomendamos que os decisores políticos **prestem atenção à variedade de significados de cidadania** definidos nos documentos nacionais de políticas de educação. Os documentos devem procurar harmonizar a formação de uma cidadania que seja ativa, democrática, não discriminatória, local, nacional e global. Além disso, recomendamos também que a formação da cidadania esteja mais estreitamente relacionada com o sentimento de cidadania europeia.

6. As políticas educativas devem considerar de forma mais ampla a participação da sociedade e os significados de cidadania. Recomendamos que a **responsabilidade social** seja enfatizada como parte da educação para cidadania.

7. Recomendamos que as políticas educativas **destaquem com clareza o diálogo *inter*cultural**:

   - **Literacia cultural deve ser usada como um modelo conceitual** e **prático de abordar a interação cultural**. Literacia cultural não se trata de ensinar e aprender conhecimentos de diferentes, mas sim de aprender a partir de uma interação baseada no diálogo com outros que podem ser diferentes de nós. As políticas educativas devem abordar as predisposições fundamentais da literacia cultural: tolerância, inclusão e empatia.

8. As políticas educativas procuram, de forma geral, aumentar a inclusão ou a integração nas sociedades. É importante que as políticas reconheçam as estruturas de poder entre minorias, refugiados ou imigrantes e as culturas maioritárias ou os países de acolhimento. Nos documentos da UE, a ênfase na unidade de um "nós" imaginado pode criar uma fronteira simbólica entre aqueles que concordam com essa unidade imaginada, e aqueles que não o fazem. Em vez de buscar uma unidade, recomendamos que se dê ênfase ao diálogo.

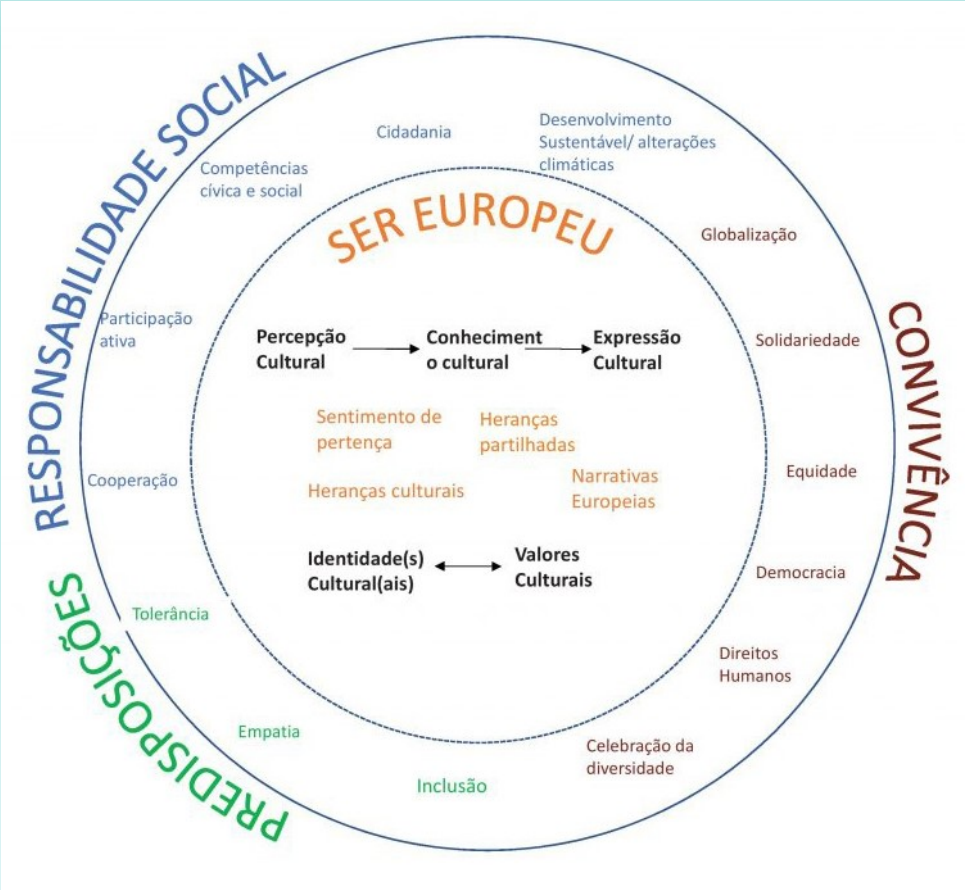
9. Ao considerar que a diversidade na Europa de hoje é complexa e superdiversificada, os objetivos de 'igualdade de acesso' ou de 'não discriminação' contidos nas políticas analisadas são vagos e genéricos. Em vez de generalizações, recomendamos que os documentos detalhem os problemas de acesso e de discriminação no que se refere a grupos específicos (Lähdesmäki & Wagener 2015a; Lähdesmäki et al. 2015b).

10. Os decisores políticos devem reconhecer explicitamente que os documentos de políticas públicas europeias em matéria de educação são "baseados na solução de problemas", ou seja, são geralmente criados em resposta a uma preocupação ou a um debate específicos. Recomendamos que os decisores políticos exponham, nas políticas públicas, as preocupações e os debates subjacentes às políticas propostas.

11. Recomendamos também que os documentos de política de educação sejam dirigidos a um **público mais amplo** e que as políticas sejam **melhor implementadas** ao nível das bases nas escolas.

12. O Projeto DIALLS promove a interface entre herança cultural e educação. Dessa forma, recomendamos que a Comissão Europeia promova conexões entre herança cultural e educação e, portanto, fortaleça o fundo de pesquisa no Programa Horizonte 2020 para investigar tais conexões.

Figura 1: Enquadramento de Análise Cultural (CAF)



O Enquadramento de Análise Cultural do DIALLS (Cultural Analysis Framework, CAF, na sigla em inglês) reflete os principais conceitos do DIALLS relativos à literacia cultural e ao esforço de atribuir significado à Europa.

Fonte: DIALLS 2018, Cultural Analysis Framework.

Referências bibliográficas

Abdallah-Pretceille, M. 2006. Interculturalism as a paradigm to think about diversity. *Journal of Intercultural Education* 17(5): 457–483.

Blommaert, J. and Rampton, B. 2011. Language and superdiversity. *Diversities* 13(2): 1–21.

Council of Europe. 2008. Livro Branco sobre o Diálogo Intercultural "Viver Juntos em Igual Dignidade". Strasbourg: Council of Europe.

DIALLS 2019. Selection of Cultural Texts for CLLP www.dialls2020.eu/wp-content/uploads/2019/01/D2.3_final-submitted.pdf

DIALLS 2019. Bibliography of Cultural Texts, www.dialls2020.eu/wp-content/uploads/2018/12/D2.2-Bibliography-of-Cultural-Texts.pdf

DIALLS 2018. Cultural Analysis Framework, www.dialls2020.eu/wp-content/uploads/2018/10/D2.1-Cultural-Analysis-Framework.pdf

EC (European Commission). 2017a. Horizon 2020 Work Programme 2016–2017. 13. Europe in a changing world – inclusive, innovative and reflective societies. Decision C(2017)2468 of 24 April 2017.

EC (European Commission). 2017b. Strengthening European Identity through Education and Culture. The European Commission's contribution to the Leaders' meeting in Gothenburg, 17 November 2017. COM(2017) 673 final.

Hirsch, E.D. 1989. *A First Dictionary for Cultural Literacy: What Our Children Need to Know*. New York: Houghton Mifflin Harcourt.

Hirsch, E.D., Kett J.F. and Trefil J. 1993. *The Dictionary of Cultural literacy. What Every American Needs to Know*, 2 edition. New York: Houghton Mifflin Company.

Lähdesmäki, T., Heynderickx, P.C.C.A, Wagener, A. and Dieltjens, S.M.F. 2015. Negations and negativity as linguistic devices in policy discourse of intercultural cities. *Journal of Multicultural Discourses* 10(3): 332–348.

Lähdesmäki, T. and Wagener, A. 2015. Discourses on Governing Diversity in Europe: Critical Analysis of the White Paper on Intercultural Dialogue. *International Journal of Intercultural Relations* 44: 13–28.

Maine, F., Cook, V. and Lähdesmäki, T. (forthcoming 2019) Reconceptualizing Cultural Literacy as a Dialogic Practice. London Review of Education.

Otten, H. 2003. Intercultural learning and diversity in higher education. *Journal of Studies in International Education* 7(1): 12–26.

Portera, A. 2008. Intercultural education in Europe: Epistemological and semantic aspects. *Intercultural Education* 19(6): 481–491.

Street, B. 1984. *Literacy in Theory and Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.

UNESCO 2018. *UNESCO Survey on Intercultural Dialogue 2017. Analysis of findings*. Paris: UNESCO.